

Moreira, Sérvulo Vicente; Milhomem, Ethianne Érica Lucena

Working Paper

Evolução recente do comércio exterior brasileiro com os países do Mercosul

Texto para Discussão, No. 1466

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Moreira, Sérvulo Vicente; Milhomem, Ethianne Érica Lucena (2010) : Evolução recente do comércio exterior brasileiro com os países do Mercosul, Texto para Discussão, No. 1466, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91082>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1466

EVOLUÇÃO RECENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO COM OS PAÍSES DO MERCOSUL

**Sérvulo Vicente Moreira
Ethianne Érica Lucena Milhomem**

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1466

EVOLUÇÃO RECENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO COM OS PAÍSES DO MERCOSUL

Sérvulo Vicente Moreira*
Ethianne Érica Lucena Milhomem**

Produzido no programa de trabalho de 2009

Rio de Janeiro, janeiro de 2010

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura – DISET/Ipea.

** Bolsista do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento (PNPD) na DISET/Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (em implantação)

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL: F15

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 FORMAÇÃO E PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DO MERCOSUL	7
3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTRABLOCO	11
4 DESENVOLVIMENTO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR ESTADO	21
5 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	28

SINOPSE

Este texto apresenta o desempenho da evolução do comércio entre os países do Mercosul, bem como a evolução do comércio externo brasileiro com os países-membros do bloco. A crescente criação de comércio no âmbito do bloco, conforme as tabelas apresentadas, demonstra a sua solidez e a necessidade do estabelecimento de instituições que possam viabilizar ainda mais o bloco elevando-o a um mercado comum. A conclusão principal é que o Mercosul tornou-se imprescindível para as exportações brasileiras, absorvendo atualmente cerca de 20% das exportações anuais do país.

ABSTRACT

This paper presents the commerce evolution performance among Mercosul countries, as well as the external Brazilian commerce evolution with Mercosul member's countries. As presented by the tables, the increasing commerce creation into the regional block demonstrates its strength and the need of new institutions in order to facilitate the regional block by transforming it in a common market. The main conclusion is related in how the regional block is essential for the Brazilian exports, as it currently absorbs around 20% of Brazilian annual exports.

1 INTRODUÇÃO

O Mercosul, bloco integracionista do qual o Brasil participa de forma crescente, é um importante parceiro comercial do Brasil, além de ser de relevada importância no aprofundamento da integração regional. O Brasil continua sendo o país com maior peso no bloco, com 70% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Ademais, parte considerável das transações externas do país está ligada ao Mercosul, cerca de 20% das exportações e 17% das importações totais.

O perfil do comércio brasileiro com o bloco é bastante dinâmico e nossas exportações para os países do Mercosul têm um perfil mais intensivo em conhecimento do que nossas exportações para o resto do mundo. O Mercosul representa uma oportunidade ímpar de inserção externa brasileira, virtuosa, no cenário global altamente competitivo.

Em que pesem as assimetrias existentes entre os países, medidas estão sendo tomadas, por meio de fundos especiais, com financiamento de projetos de infraestrutura e industriais, como instrumentos para promover o equilíbrio harmônico entre os países da região.

Este trabalho pretende descrever as atividades desenvolvidas no âmbito do Mercosul a partir de 2000 e mostrar a evolução recente do comércio intrabloco e a participação dos estados brasileiros nesse comércio.

A seção 2 será dedicada a um breve histórico do processo de formação do Mercosul até a sua atual posição como bloco integracionista. Abordará também as principais instituições do bloco, considerando empreendimentos relevantes para seu bom funcionamento.

Na seção 3 serão apresentados o comércio intrabloco, sua evolução e principais produtos comercializados: como a abordagem do PIB dos membros do Mercosul e os investimentos na agricultura, na pecuária, na indústria e nos principais mercados de destinos da produção do bloco.

Na seção 4 será apresentada uma análise da evolução das exportações brasileiras por estado destinadas ao Mercosul no período de 2000 a 2008.

2 FORMAÇÃO E PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES DO MERCOSUL

O Mercosul é um bloco de integração regional formado por países da América Latina no cone sul da América do Sul. Seus países-membros são: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ele foi instituído em 1991, por meio do Tratado de Assunção.

Em 2006, a Venezuela passou a fazer parte do bloco. Sua aprovação está por ser ratificada pelos congressos dos países-membros.

De acordo com o Artigo 1º do Tratado de Assunção, os objetivos do bloco são:

- a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercado e qualquer outra medida de efeito equivalente;

- o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

- a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem – a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

- o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Em 1994, por meio do Tratado de Ouro Preto, foram revistas as três instituições que integram o bloco integracionista. O tratado estabeleceu que cada país-membro tem direito a um voto e há unanimidade das decisões.

As decisões dos países-membros do Mercosul são discutidas e tomadas pelas seguintes instituições:

- Conselho do Mercado Comum (CMC): órgão supremo do bloco que conduz as políticas do processo de integração. É composto por ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países-membros;

- Grupo do Mercado Comum (GMC): órgão executivo que conduz os programas de trabalho e negocia acordos com terceiros países, conforme o decidido pelo CMC. É composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia e pelos bancos centrais dos países-membros; e

- Comissão de Comércio do Mercosul (CCM): órgão técnico, responsável por apoiar o GMC quanto à política comercial do bloco integracionista.

O Mercosul dispõe ainda dos seguintes órgãos constitutivos:

- Foro Consultivo Econômico e Social (FCES): órgão com representante da economia e da sociedade.

- Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM): órgão permanente do CMC. Apresenta propostas ao CMC no que concerne ao processo de integração, às negociações externas e à marcha do Mercado Comum.

- Secretaria do Mercosul (SM), com caráter permanente, tem sua sede em Montevideu, Uruguai.

O Mercosul operacionaliza suas funções por meio de Reuniões de Ministros (RM), Reuniões Especializadas (RE), conferências e reuniões *ad-hoc*.

O Protocolo de Olivos, instituído em 2002, assinado pelos países-membros do Mercosul, estabeleceu o Tribunal Arbitral Permanente de revisão do bloco integracionista, e entrou em vigor em 2004. O objetivo do protocolo é o de solucionar controvérsias. Também foi criado por meio desse protocolo, o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), o qual controlará as decisões arbitrais. O TPR, cuja sede está em Assunção, é constituído por cinco árbitros designados por um Estado, por um período de dois anos renováveis por duas vezes. Este tribunal só será acionado caso os Estados-membros não resolvam a controvérsia mediante negociações diretas.

Em dezembro de 2004, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento do Mercosul (Focem), o qual começou a funcionar em junho de 2005, via Decisão CMC n. 18/05 de 19 de junho de 2005. O fundo tem como objetivo financiar projetos que beneficiem obras de infraestrutura das economias menores bem como regiões menos desenvolvidas do bloco, ou seja, o fundo se destina a resolver os problemas assimétricos econômicos dentro do bloco. Trata-se de um instrumento para transferência de fundos provenientes da Argentina e do Brasil para o Paraguai e o Uruguai.

Os membros do Mercosul contribuem nas seguintes proporções: Brasil, 70%; Argentina, 27%; Uruguai, 2%; e Paraguai, 1%. O total das contribuições anuais será de US\$ 100 milhões entre 2006 e 2015.

O fundo cofinancia os projetos individuais submetidos por cada país-membro, mas a distribuição do total de recursos entre os quatro países é predeterminada: o Paraguai receberá 48% do total das contribuições; o Uruguai, 32%; e a Argentina e o Brasil, 10%.

Os 11 primeiros projetos que foram apresentados ao Focem em janeiro de 2007 incluem projetos em habitação (Paraguai), construção de estradas (Uruguai e Paraguai) e apoio para as microempresas (Paraguai).

O Focem também planeja financiar um laboratório para seguridade biológica e controle de alimentos (Paraguai); o desenvolvimento de *software*, biotecnologia e indústria de eletrônicos (Uruguai); e um programa de prevenção para doenças dos pés e da boca (nos quatro países-membros do Mercosul e Bolívia) (UNCTAD, 2007).

Os programas são divididos em quatro grupos, a saber:

- Programa I – Convergência Estrutural – responsável por 60% dos recursos, obedecendo à prioridade¹ do Focem aos projetos destinados ao desenvolvimento das menores economias do bloco;
- Programa II – Desenvolvimento da Competitividade – responsável por 17,1% dos recursos aprovados;
- Programa III – Coesão Social – absorve mais de 20% dos recursos aprovados; e
- Programa IV – Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração – nos quatro primeiros anos foi concedido 0,1% dos recursos, percentual inferior ao máximo fixado para esse programa (0,5%).

1. A principal razão da criação do Focem é desenvolver as regiões menos favorecidas – Artigos 12 e 13 da Decisão CMC n. 18/05.

TABELA 1
Evolução dos projetos Focem, até junho de 2008

Destinatário	Programa I		Programa II		Programa III		Programa IV		Total		
	Qtd.	Valor US\$	Qtd.	Valor US\$	Qtd.	Valor US\$	Qtd.	Valor US\$	Qtd.	Valor US\$	%
Paraguai	7	92,7	3	11,1	3	30,2	0	0	13	134,0	79,2
Uruguai	2	12,3	1	1,5	3	4,9	0	0	6	18,7	11,1
Regional	0	0	1	16,3	0	0	0	0	1	16,3	9,6
Mercosul	0	0	0	0	0	0	3	0,2	3	0,2	0,1
Total	9	105,5	5	28,9	6	35,1	3	0,2	23	169,2	100
%		62,0		17,1		20,8		0,1		100,0	

Fonte: UT-Unidade Técnica/SM-Secretaria do Mercosul, dados até junho de 2008. *Informe Mercosul* nº 13, p. 73.

O Paraguai é o maior receptor de apoio do Focem, atualmente com 13 projetos, totaliza US\$ 134,00 milhões, o que representa 80% dos recursos aprovados. O Uruguai desenvolve seis projetos no valor de US\$ 18,7 milhões com 11% dos recursos do Focem, de acordo com o Instituto para a Integração da América Latina e Caribe (INTAL, 2008).

Em 6 de dezembro de 2005 foi instituído o Parlamento do Mercosul, com sede em Montevideu, Uruguai, cuja Câmara Legislativa é composta por 90 deputados, sendo 18 de cada país-membro. Ele substituiu a Comissão Parlamentária Conjunta e é o órgão que representa os interesses dos cidadãos dos países-membros.

O Parlamento do Mercosul é um órgão democrático com representação civil das correntes ideológicas e políticas da população dos países-membros do bloco integracionista: Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela (cujo processo de adesão está em curso). Foi instituído como órgão de representação de seus povos, independente e autônomo, que integra a estrutura institucional do Mercosul (competências do órgão, em anexo.)

A integração regional, por sua vasta abrangência socioeconômica e institucional, sempre acarreta novos óbices, pois à medida que há um avanço em qualquer atividade no âmbito do bloco integracionista, outros aspectos surgem para permitir outros avanços. Isso considerando a própria dinâmica do comércio exterior.

No caso do Mercosul, entre estes óbices pode-se citar a falta de aprofundamento da cooperação e da integração energética, de infraestrutura e logística e da livre circulação de mão de obra; a necessidade de políticas comuns no âmbito do bloco; definição de uma estratégia de cidadania; e políticas de fronteiras.

Atualmente, a integração produtiva está sendo discutida no âmbito do Mercosul. Reuniões estão sendo realizadas entre os membros do bloco para viabilizar este empreendimento, o qual incentivará a associação de empresas da região e propiciará o surgimento de outras atividades econômicas e sociais.

Apesar de ainda necessitar de vários avanços institucionais, alguns autores (MOREIRA, 2003) observam que é possível identificar, no período recente, uma melhora na infraestrutura dos países, bem como um fortalecimento institucional do Mercosul.

3 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTRABLOCO

A tabela 2 mostra a evolução do PIB dos países-membros do Mercosul. Nota-se que o PIB da Argentina e do Uruguai teve um leve declínio no ano de 2002 como consequência da crise argentina. O Brasil continua sendo o país de maior peso para o bloco, seu PIB representa mais de 70% do PIB geral do Mercosul. O Paraguai, por sua vez, continua com os mesmos percentuais apresentados no início desta década, cerca de 1,2% do PIB geral do Mercosul (ver tabela A.9, no anexo).

TABELA 2
Mercosul: PIB
(Variação % interanual real)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul ¹
2000	-0,8	4,3	-3,3	-1,4	-0,3
2001	-4,4	1,3	2,1	-3,4	-1,1
2002	-10,9	2,7	0,0	-11,0	-4,8
2003	8,8	1,1	3,8	2,2	3,98
2004	9,0	5,7	4,1	11,8	7,65
2005	9,2	3,2	2,9	6,6	5,48
2006	8,5	3,8	4,3	7,0	5,90
2007	8,7	5,4	6,8	7,4	7,08
2008 ²	7,2	5,2	5,1	10,8	7,08

Fontes: DNCN (Argentina), BCRA (Argentina), IBGE (Brasil), BCB (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai) e Intal – *Informe Mercosul* n°13.

Notas: ¹ Medidas simples dos quatro países

² Projeções correspondentes aos estudos de expectativas de mercado realizados pelos bancos centrais.

Em 2006, o PIB do Mercosul superou os US\$ 2,2 trilhões americanos – base Paridade do Poder de Compra (PPC). Em 2008, devido à crise financeira internacional, o PIB do Mercosul atingiu US\$ 1,9 trilhão americano (base PPC).

A primeira fase da crise financeira de 2007 beneficiou os países-membros do Mercosul devido ao aumento dos preços das *commodities*, embora a desaceleração das vendas com destino aos países do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – North American Free Trade Agreement (NAFTA) – tenha provocado um prejuízo para as exportações do bloco.²

2. Dados colhidos no Intal (2008, p. 35).

Um dos aspectos da assimetria entre os membros do Mercosul deve-se ao fato de o Brasil registrar expressivos superávits comerciais com todos os seus principais parceiros comerciais, inclusive com os sócios do bloco. O superávit brasileiro com o Mercosul atingiu US\$ 4,7 bilhões, em 2005. O que significou uma alta de 85,6% em relação a 2004. O resultado mais expressivo foi obtido com a Argentina, com saldo positivo de US\$ 3,7 bilhões (INTAL, 2006b).

O saldo comercial com os países extrabloco também foi elevado, atingindo US\$ 40,1 bilhões, em 2007. É interessante notar que a distribuição dos fluxos de comércio brasileiros dentro e fora do Mercosul é bastante equilibrada. Tanto as exportações quanto as importações e o saldo comercial referentes aos parceiros do bloco representaram em 2007, aproximadamente, 10% dos fluxos comerciais do país.

Essas assimetrias no comércio intrabloco permitem ao Paraguai e ao Uruguai, os dois países com economia menor, reivindicarem maiores concessões de ordem econômica.

Desde seu início o Mercosul promove a criação de comércio entre seus países-membros. Ademais, as relações comerciais do bloco com o resto do mundo vêm se expandindo de forma crescente, além das expectativas, considerando os avanços e retrocessos que acontecem normalmente em um bloco integracionista.

No cenário internacional, pode-se observar que a economia mundial tem crescido rapidamente, considerando as inovações tecnológicas no setor produtivo e de serviços, fazendo aumentar a demanda por matérias-primas e por mão de obra cada vez mais especializada. O Mercosul continua se expandindo e seus indicadores macroeconômicos demonstram a solidez e a maturidade que o bloco continua atingindo, sobretudo por meio das empresas que usam inovações tecnológicas, melhorando a qualidade do produto, e conseqüentemente o bem-estar da região. Medidas estão sendo tomadas para diminuir as assimetrias ainda existentes no âmbito do bloco, como a criação do Focem.

A tabela 3 demonstra que o maior fluxo comercial do Brasil no âmbito do bloco é com a Argentina. No início da década, a Argentina teve um pequeno déficit com o Brasil, cerca de US\$ 600 milhões. Este quadro modificou-se no decorrer dos anos seguintes, atingindo resultado favorável em 2006, quando obteve um saldo positivo do lado brasileiro de US\$ 3.687 milhões, alcançando US\$ 4.348 milhões em 2008.

O saldo comercial do Paraguai com o Brasil continua sendo positivo. No início desta década houve uma redução no volume negociado, chegando-se a uma negociação mínima em 2002 de US\$ 177 milhões. Nota-se o crescimento no saldo do balanço das exportações e importações a partir de 2004 até 2006, entretanto em 2008 notamos um salto com referência ao início desta década, que fez praticamente o saldo triplicar. A variação percentual do valor exportado dos anos 2008 e 2007 foi de 50,9% e de 51,6% para a importação.

No que concerne ao comércio entre Uruguai e Brasil, o saldo uruguaio foi positivo no início desta década, com uma ligeira queda em 2002 e 2003. Voltando a crescer a partir de 2004. Entre 2002 e 2008, houve um incremento superior a 400% no valor exportado pelo Brasil com destino ao Uruguai.

TABELA 3
Intercâmbio comercial brasileiro com os países do Mercosul

Anos	Argentina			Paraguai			Uruguai			Total		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
2000	6.238	6.843	-606	832	351	481	669	602	68	7.740	7.796	-57
2001	5.010	6.207	-1.197	721	300	421	643	503	140	6.374	7.010	-635
2002	2.347	4.744	-2.397	560	383	177	413	485	-72	3.319	5.612	-2.293
2003	4.570	4.673	-103	709	475	234	406	538	-132	5.684	5.685	-1
2004	7.391	5.570	1.821	873	298	576	671	523	148	8.935	6.390	2.544
2005	9.930	6.241	3.689	963	319	644	853	494	359	11.746	7.054	4.692
2006	11.740	8.053	3.686	1.234	296	938	1.013	618	394	13.986	8.967	5.018
2007	14.417	10.404	4.013	1.648	434	1.214	1.288	786	502	17.354	11.624	5.729
2008	17.606	13.258	4.348	2.487	658	1.829	1.644	1.018	626	21.737	14.934	6.803
Var. (%) 2008/2007	22,10	27,40	8,30	50,90	51,60	50,60	27,60	29,50	24,60	25,30	28,50	18,70

Fonte: Dados da Secex/Anuário de Estatística do MDIC 2009.

As exportações do Brasil direcionadas aos parceiros do Mercosul tiveram um desempenho melhor em 2005, elas aumentaram em 31,6%, com especial destaque para a alta de 34,5% registrada nas vendas para a Argentina. Mas o bloco respondeu por menos de 10% das vendas totais do país. As exportações fora do bloco, por sua vez, tiveram alta de 21,7% em 2005, a despeito do crescimento relativamente fraco das vendas direcionadas ao NAFTA e à União Europeia (UE). Isso está associado ao forte crescimento dos países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), cuja alta foi de 40,9%, e aos países da Ásia, para onde as exportações brasileiras cresceram 27,4%.³

Do lado das importações, o valor fora do bloco cresceu de forma mais intensa do que o total entre 2004 e 2005: 17,9%, com a taxa mais elevada sendo registrada nas compras oriundas da UE. As importações dos sócios do Mercosul cresceram bem menos (10,3%) e ainda assim com grande diferencial entre os países. As compras originárias da Argentina cresceram mais rapidamente (12%), ao passo que aquelas provenientes do Paraguai tiveram alta menor (7,1%) e as do Uruguai reduziram-se em 5,6%.⁴

A tabela 4 mostra que o principal bloco econômico de negociação do Mercosul é a UE desde 2006, tanto nas exportações quanto nas importações. Ao comparar o primeiro semestre de 2008 com 2007 as vendas externas do Mercosul para a UE tiveram uma variação percentual nas exportações de 28,3% e nas importações, de 39,2%.

3. Para melhor esclarecimento, ver Intal (2006b).

4. Idem nota explicativa 2.

TABELA 4

Fluxo de comércio extrazona dos países do Mercosul segundo blocos econômicos, em períodos selecionados

	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	1º Semestre 2007 ¹	1º Semestre 2008 ¹	Var. %
Exportações	78.712	164.483	191.777	16,6	86.992	109.305	25,6
NAFTA	22.713	38.233	38.592	0,9	18.239	19.294	5,8
União Europeia	21.251	39.829	51.388	29,0	23.016	29.535	28,3
Aladi ²	8.727	20.789	23.303	12,1	10.677	12.612	18,1
Ásia	13.598	30.014	37.509	25,0	16.821	23.249	38,2
Demais países	12.242	35.618	40.984	15,1	18.240	24.615	35,0
Importações	49.406	109.362	143.964	31,6	62.442	95.629	53,2
NAFTA	12.482	19.808	25.918	30,8	13.711	18.970	38,4
União Europeia	16.017	26.734	35.080	31,2	15.568	21.670	39,2
Aladi ²	2.424	8.087	9.224	14,1	4.248	5.925	39,5
Ásia	9.565	31.736	42.842	35,0	18.154	29.176	60,7
Demais países	8.918	22.997	30.900	34,4	10.762	19.888	84,8
Saldo Comercial	29.306	55.120	47.813	(13,3)	24.550	13.676	(44,3)
NAFTA	10.231	18.425	12.675	(31,2)	4.528	324	(92,9)
União Europeia	5.234	13.095	16.308	24,5	7.448	7.865	5,6
Aladi ²	6.304	12.701	14.079	10,8	6.429	6.688	4,0

Fonte: Intal – *Informe Mercosul* nº 13 – nov/2008, p. 33.

Notas: ¹ Primeiro semestre.

² Exceto o Mercosul e o México. O México está incluído no NAFTA.

Ademais, ressalta-se um crescimento acentuado das exportações do bloco para a Ásia. Em 2002, ele exportou o montante de US\$ 13,5 milhões e em 2007 este valor praticamente triplicou, alcançando a marca de US\$ 37,5 milhões. No que concerne às importações do Mercosul da Ásia, em 2002, o montante foi de US\$ 9,6 milhões, atingindo US\$ 42,8 milhões em 2007.

3.1 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PORTE DE FIRMA

A tabela 5 apresenta a participação de empresas conforme o seu porte no Mercosul. Nota-se a crescente participação das micro, pequenas e médias empresas. As grandes empresas respondem por 90% das exportações brasileiras para o bloco, embora sejam apenas 30% do número de empresas exportadoras. As exportações dessas empresas para o bloco regional devem-se em grande parte aos programas de apoio desenvolvidos por órgãos tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Agência de Promoção da Exportação do Brasil (Apex); Centros Internacionais de Negociações das Federações Estaduais da Indústria (CIN); Banco do Brasil (BB); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Seguradora Brasileira de Crédito às Exportações (SBCE); seções comerciais das embaixadas e consulados brasileiros no exterior; entre outros.

TABELA 5

Exportação brasileira por porte para o Mercosul – 2006 e 2007

Mercosul	2007 (Janeiro-dezembro)				2006 (Janeiro-dezembro)			
	Número de empresas		FOB (US\$)		Número de empresas		FOB (US\$)	
	Qtd.	Part. %	Valor	Part. %	Qtd.	Part. %	Valor	Part. %
Microempresas	1.547	16,00	67.303.045	0,43	1.459	16,00	48.448.729	0,39
Pequenas empresas								
Médias empresas	2.178	22,53	410.628.558	2,37	2.264	23,98	294.175.259	2,11
Grandes empresas								
Total geral	3.064	31,69	1.198.190.924	6,91	3.062	32,44	1.214.468.828	8,69

Fonte: Dados do site do Ministério do Desenvolvimento em junho de 2009, elaboração do autor.

As micro e pequenas empresas têm dificuldades quanto à obtenção de créditos no mercado financeiro, considerando as baixas garantias que podem oferecer. Portanto, o apoio dos programas mencionados anteriormente são fundamentais para viabilizar sua inserção no mercado internacional.

3.2 ARGENTINA

Nos anos iniciais desta década, a Argentina passou e superou uma forte crise econômica que mudou os rumos da economia doméstica. Em 2002, a crise econômica argentina enfraqueceu substancialmente o bloco integracionista. A crise iniciou-se com a saída da Argentina da âncora cambial do peso argentino com o dólar, provocando alterações macroeconômicas em face da nova estrutura econômica. Essa crise também impactou o Uruguai, que estava em fase de reestruturação econômica.

A Argentina está investindo consideravelmente em novas obras de infraestrutura e houve um crescimento considerável, pois em 2001 o valor total investido foi de US\$ 182,90, já em 2005 o valor foi de US\$ 1.790,2 – crescimento de 1.049,86%. O que viabiliza o escoamento da produção tanto para o mercado interno como para o Mercosul.

Quando um grupo de países se integra para criação de uma união aduaneira ou um mercado comum, eles reduzem as tarifas e outros entraves ao comércio, entre si, para promover a criação de comércio. Este tipo de união, gradualmente, fará com que o comércio intrabloco seja incrementado, beneficiando outros setores socioeconômicos como: infraestrutura, educação, produção em escala, serviços, melhor uso de matérias-primas etc.

Quando entraves como transporte interno e externo, câmbio, energia insuficiente, tributação, burocracia alfandegária, falta de infraestrutura portuária, comunicação e telecomunicação em seu conjunto são superados, sob o prisma dos elementos habituais implicados na criação da união aduaneira e do mercado comum, novos e diversificados rumos comerciais são alcançados. Espera-se que a redução tarifária e os entraves comerciais apenas desencadeiem o processo de criação de comércio, seguidos posteriormente por aumentos de intercâmbio intrabloco.

No que concerne ao intercâmbio bilateral Argentina-Brasil, este oferece um mercado maior no que se refere aos setores com exportações não tradicionais da Argentina (as manufaturas favorecem o Brasil).

A economia brasileira no bloco é a que proporciona equilíbrio entre a produção e a dinâmica no crescente do comércio. Portanto, não se deve esperar que esta mantenha um superávit comercial a seu favor, mas que contribua para diminuir as assimetrias por meio de absorções tecnológicas por parte dos demais países-membros e permita-lhes maior reorientação das atividades produtivas.

As exportações do Brasil para a Argentina, as quais sempre haviam mostrado um comportamento similar às compras argentinas com o resto do mundo, aceleraram a partir do ano 2002.

Ao término da etapa da desvalorização do peso argentino, o tipo de câmbio real do Brasil ficou em um patamar significativamente mais baixo que o da paridade real do peso com as moedas de outros sócios comerciais. Apesar do encarecimento generalizado dos bens importados, os produtos brasileiros tornaram-se mais baratos do que os provenientes dos outros países.

A recuperação da economia Argentina – num contexto do tipo de câmbio real (TCR) elevado e salários reais baixos – estimulou o crescimento da massa salarial via aumento do emprego e das remunerações reais, resultando no incremento do consumo. Foi o maior dinamismo da demanda dos setores de salários médios e médio-baixos que impulsionou a demanda de produtos mais sofisticados provenientes de outros países. Isto se aplica principalmente aos automóveis, telefones celulares e eletrodomésticos.

Por outro lado, a presença dos produtos brasileiros, no mercado argentino, que se encontra fortemente consolidado em alguns setores, pode declinar, num cenário em que a moeda brasileira continua a valorizar-se.

Desde meados de 2002, a aceleração das exportações do Brasil com o resto do mundo responde a uma combinação de múltiplos fatores. Destaca-se o contexto internacional favorável, fornecendo apoio ao crescimento global, mantendo estável a demanda e os preços dos produtos de exportações em níveis elevados em termos históricos.

Ademais, deve se destacar que em 2002 e 2005 as exportações do Brasil para a Argentina cresceram em um ritmo superior ao do resto do mundo (62% *versus* 23%, média ao ano (a.a.), respectivamente). Esta aceleração reflete a rápida aceleração da Argentina logo após a saída da recessão. Portanto, ao se analisar o período 1998-2005 observa-se que as exportações brasileiras para a Argentina foram menos dinâmicas, crescendo em média 5,7% a.a., frente a um aumento de 13,6% a.a. das vendas para o resto do mundo. A Argentina foi o país que mais cresceu como destino das exportações brasileiras durante os últimos sete anos.

As exportações mais lentas do Brasil em 2003 e 2005 estão influenciadas por quatro fatores: menor dinamismo da economia brasileira com relação à economia mundial; em nível de câmbio real; quanto às características dos bens e do tamanho das empresas mais relevantes nos envios do Brasil; e algumas particularidades

setoriais. Durante os últimos três anos o produto brasileiro cresceu em um ritmo menor do que o da economia mundial (2,6 % a.a. frente a 4,5% a.a.).

A produção brasileira de alguns bens cresceu significativamente, o que sustentou as importações provenientes da Argentina e de outros lugares. Esse é o caso do leite, do trigo e de outros cereais. O mesmo ocorreu com o petróleo devido ao incremento da produção no Brasil, bem como as restrições da oferta na Argentina e a entrada de novos provedores do mercado brasileiro. Ainda na mesma ordem, as dificuldades energéticas que enfrenta a Argentina também reduzem as vendas de energia elétrica ao Brasil.

Quando se consideram as análises de valor agregado dos bens, observam-se claramente uma redução do superávit argentino no intercâmbio de bens primários e um aprofundamento no déficit de produtos industriais.

Em 2002 e 2005, os resultados mais acentuados correspondem ao comércio de manufaturas de média tecnologia (principalmente material de transporte e máquinas, sapatos e materiais eletrônicos).

A reversão do saldo comercial e o crescimento do superávit do Brasil respondem primordialmente ao comportamento de poucos produtos. Assim, 74% da variação do saldo entre 2002 e 2005 se explicam por três setores:

- 1) Material de transporte (35,6%) – onde o comércio está administrado.
- 2) Máquinas, sapatos e materiais elétricos (28,6 %).
- 3) Metais comuns e manufaturados (9,8 %).

Esses três grandes setores são responsáveis por mais de 90% das exportações da Argentina para o Brasil (ver gráficos 1A e 1B, no anexo).

A tabela 6 mostra o destino das exportações de produtos de origem industrial da Argentina, sendo que em 2003 e em 2007 o Mercosul foi o segundo principal mercado importador e principal destino. O NAFTA estava em segundo lugar em 2003 e caiu para o terceiro em 2007.

TABELA 6
Participação por destino das manufaturas de origem industrial (MOI), por bloco – 2003-2007
(Em %)

Blocos	2003	2007
Mercosul	32	42
Resto Aladi	18	21
Nafta	26	14
União Europeia	12	8
Ásia Pacífico	5	3
Total	100	100

Fonte: Centro de Estudos para a Produção – Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina (INDEC).

3.3 URUGUAI

A República Oriental do Uruguai possui aproximadamente 176 mil km². Grande parte de sua área está localizada no Pampa e se caracteriza por apresentar um relevo suave e ondulado, de baixa altitude, conhecido no país como *cuchillas*. Sua principal atividade econômica é a agricultura voltada para a exportação.

Entretanto, a economia uruguaia tem a sua maior produtividade no setor industrial que está se ampliando e se diversificando não só em função da demanda interna, mas provavelmente como resultado da participação do país no Mercosul.

A tabela 7 apresenta os indicadores da economia uruguaia no período de 2000 até 2006. Observa-se que nos anos de 2001 e 2002 houve uma forte retração econômica, sobretudo devido a circunstâncias internas e externas como repercussão da crise argentina neste mesmo período. Porém, na segunda metade do primeiro semestre de 2003, começou a recuperar-se, logo após o processo de reestruturação da dívida externa.

TABELA 7
Indicador de atividade econômica do Uruguai

Ano	Agricultura	Pecuária pesca	Indústria	Eletricidade e água	Construção	Serviços
2000	1.177	35	3.298	803	1.155	4.144
2001	1.046	29	2.865	776	958	3.801
2002	866	27	1.678	463	405	1.975
2003	1.360	41	2.009	529	374	1.973
2004	1.655	53	3.053	662	495	2.463
2005	1.526	60	3.879	853	661	3.055
2006	1.675	73	4.424	889	807	3.310

Fonte: Banco Central do Uruguai – Área: Estatísticas Econômicas, elaboração própria.

Ainda com base na tabela 7 notamos que a atividade pecuária apresentou uma produção crescente. Mesmo com a forte recessão, seu incremento quase duplicou. A agricultura cresceu, porém em um ritmo menor, cerca de 40%, seguido de perto pela indústria, que cresceu próximo dos 30%. Ademais, observa-se uma redução na construção civil, devido diretamente à influência do dólar, com queda expressiva de 30% em relação ao ano 2000, seguida pelo setor de serviços com redução de aproximadamente 20%.

Segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), no ano 2000, o Brasil foi o segundo parceiro comercial do Uruguai, perdendo apenas para a Argentina, tendo comprado 23,1% do total das exportações uruguaias e fornecido 19,2% das importações do país.

A tabela 8 apresenta anualmente as relações comerciais entre o Brasil e o Uruguai. Sendo que em 2001 e em 2008 houve um aumento no valor das exportações de US\$ 669,44 para US\$ 1.644,13.

TABELA 8
Intercâmbio comercial do Brasil com o Uruguai

Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações brasileiras para o									
Mercosul	7.739,60	6.374,46	3.318,68	5.684,31	8.934,90	11.746,01	13.985,83	17.353,58	21.737,31
Valores (US\$ milhões FOB) ¹	669,40	643,39	412,54	405,80	670,58	853,14	1.012,60	1.288,44	1.644,13
Variação % ²	0,00	-3,89	-35,88	-1,64	65,25	27,22	18,69	27,24	27,61
Part. % no Mercosul ³	8,65	10,09	12,43	7,14	7,51	7,26	7,24	7,42	7,56
Importações brasileiras do									
Mercosul	7.796,21	7.009,67	5.611,72	5.685,23	6.390,49	7.053,70	8.967,39	11.624,75	14.933,66
Valores (US\$ milhões FOB) ¹	601,62	502,93	484,85	537,87	522,86	493,65	618,22	786,39	1.018,15
Variação % ²	0,00	-16,4	-3,59	10,94	-2,79	-5,59	25,23	27,2	29,47
Part. % no Mercosul ³	7,72	7,17	8,64	9,46	8,18	7,00	6,89	6,76	6,82
Balança comercial	-56,61	-635,21	-2.293,04	-0,92	2.544,41	4.692,31	5.018,44	5.728,83	6.803,65
Corrente de comércio	15.535,81	13.384,13	8.930,40	11.369,54	15.325,39	18.799,71	22.953,22	28.978,33	36.670,97

Fonte: Secex/Sistema Alice.

Nota: ¹ Valores exportados ou importados do Brasil para o Uruguai em US\$ milhões FOB.

² Variação % em relação ao mesmo período do ano anterior.

³ Refere-se à participação do Uruguai no total das exportações brasileiras destinadas ao Mercosul, ou à participação do Uruguai no total das importações brasileiras originárias do Mercosul.

Entre 2000 e 2001, a variação percentual das exportações brasileiras para o Uruguai foi negativa (cerca de -3,89%). Depois de 2003, as exportações brasileiras para aquele país voltaram a crescer. Por outro lado, as importações caíram em 16,4% em 2001, mas retomaram o crescimento em 2007 e 2008 (27,24% e 27,61%, respectivamente).

De acordo com o sistema Alice Web, em 2009, o acumulado de janeiro a julho das exportações brasileiras com destino ao Uruguai atingiu o montante de US\$ 706,11 milhões, o que representa uma redução de 22,98% com relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2008, as exportações brasileiras para o Uruguai representaram 7,56% do total que foi exportado pelo Brasil para o Mercosul. No primeiro semestre de 2009, as importações brasileiras provenientes do Uruguai alcançaram US\$ 561 milhões, com aumento de 17%, quando comparado ao mesmo período de 2008.

No início desta década, da pauta das exportações brasileiras para o Uruguai, 94% são bens industrializados, sendo os manufaturados 83,2% do total da pauta e os semimanufaturados 6,3%. Os produtos básicos representaram cerca de 10% da pauta. Em 2008 estes percentuais se modificaram, com uma redução nos produtos básicos para 6,1%, e com crescimento dos manufaturados (ver tabela A.8 no anexo).

3.4 PARAGUAI

A economia paraguaia vem desenvolvendo-se de forma dinâmica nos últimos anos. A tabela 9 permite visualizar o nível de produção econômica do país de 2000 a 2006.

TABELA 9

Indicador de atividade econômica do Paraguai: atividades econômicas em USD

Ano	Agricultura	Pecuária	Indústria	Eletricidade e água	Construção	Serviços	Imaep
2000	116,7	113,3	112,1	125,2	89,1	105,1	107,4
2001	141,1	116,2	113,7	127,6	86,9	104,9	110,8
2002	146,7	119,6	112,7	130,9	77,0	103,2	110,0
2003	164,0	118,1	112,9	135,1	84,0	104,1	113,5
2004	168,8	128,8	119,2	138,9	85,7	109,0	118,6
2005	159,0	154,6	123,6	143,5	92,2	114,5	123,0
2006	164,0	118,1	112,9	135,1	84,0	104,1	113,5

Fonte: Banco Central do Paraguai – Gerência de Estudos Econômicos, Departamento de Contas Nacionais e Mercado Interno.

Nota: Cifras preliminares 20/11/2007.

A agricultura e a pecuária ainda são os principais setores da economia paraguaia, apesar de o setor industrial estar se ampliando. Esta ampliação industrial pode ser analisada a partir da maior inserção do país no bloco integracionista.

A tabela 9 apresenta também os índices elaborados pelo Indicador Mensal da Produção da Atividade Econômica do Paraguai (IMAEP). Esse índice é calculado mensalmente a partir de dados primários coletados pelo BCP, permitindo assim constatar o comportamento econômico dos volumes da produção física dos bens e serviços gerais da economia paraguaia.

Os indicadores de atividade econômica do Paraguai mostram que a agricultura tem sido um dos setores mais dinâmicos na sua economia, com um crescimento de cerca de 40%, entre 2000 e 2006. Os demais setores de atividades apresentaram um desempenho muito inferior: crescimento de 7,91% do setor de eletricidade e de 4,24% do de pecuária. Alguns setores, por sua vez, reduziram seu tamanho no período, como os da construção e serviços – redução da produção de quase 6% no período.

De acordo com os dados da Secex do sistema Alice, no primeiro bimestre de 2008, as exportações brasileiras destinadas ao Paraguai foram de US\$ 343 milhões e as importações com origem no Paraguai somaram US\$ 138 milhões. Isso gerou um superávit de US\$ 204,8 milhões para o Brasil ante um superávit de US\$ 138,3 milhões no mesmo período do ano anterior. A pauta de exportações para o Paraguai contém 91,5% de produtos industrializados e 8% de produtos básicos. As importações, por sua vez, são formadas por 17,7% de produtos industrializados e 82,3% de produtos básicos.

Em 2007, a corrente de comércio entre Brasil e Paraguai chegou a US\$ 2,1 bilhões, um crescimento de 36,1% com relação ao mesmo período em 2006, o que é resultado direto de uma aproximação maior entre os países, por meio de reuniões bilaterais e intercâmbio comercial paraguaio-brasileiro nesta última década.

Conforme o levantamento da Secex relata, houve um incremento positivo das exportações paraguaias com destino ao Brasil. No primeiro bimestre de 2008, o país duplicou a participação: passou de 0,3% para 0,6% no total das compras externas brasileiras.

A tabela 10 mostra que o Brasil mantém fluxos de comércio com todos os países-membros do Mercosul. A Argentina é seu maior parceiro, tanto para as exportações como para as importações.

TABELA 10

Brasil: fluxo de comércio com países do Mercosul, em períodos selecionados

	Ano			Var. % 2007/2006	1º Semestre		Var. %
	2002	2006	2007		2007 ¹	2008 ¹	
Exportações							
Mercosul/total (%)	5,5	10,1	10,8		10,4	11,5	
Mercosul	3.311	13.986	17.354	24,1	7.596	10.459	37,7
Argentina	2.347	11.740	14.417	22,8	6.311	8.589	36,1
Paraguai	560	1.234	1.648	33,6	699	1.112	59,2
Uruguai	413	1.013	1.288	27,2	587	758	29,1
Mercosul/total (%)	88,1	90,2	90,4		90,1	91,1	
Mercosul	5.615	8.968	11.630	29,7	5.204	7.037	35,2
Argentina	4.744	8.054	10.410	29,3	4.694	6.238	32,9
Paraguai	383	296	434	46,7	162	320	97,0
Uruguai	485	618	786	27,2	347	478	37,6
Importações							
Saldo comercial	0	55.120	0	(13,3)	0	0	(44,3)
Mercosul	(2.304)	5.018	5.724	14,1	2.392	3.422	43,0
Argentina	(2.397)	3.686	4.007	8,7	1.617	2.351	45,4
Paraguai	177	938	1.214	29,5	536	793	47,7
Uruguai	(72)	394	502	27,4	239	279	16,7
Mercosul/total (%)	88,1	90,2	90,4		90,1	91,1	

Notas: ¹ Primeiro semestre.

Fonte: Intal – *Informe Mercosul* nº 13 – nov/2008, p. 44.

Comparando-se a variação percentual das exportações brasileiras com destino ao Mercosul, de 2007 e 2006, percebe-se que o Paraguai teve o maior crescimento percentual, igual a 33,6%. Essa mesma tendência é sentida nas importações para o Paraguai.

4 DESENVOLVIMENTO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR ESTADO

Nesta seção serão analisadas as exportações dos estados brasileiros para o Mercosul.

Observa-se na tabela 11 que o nível de exportação da região Sul brasileira, no início desta década, diminuiu como reflexo da crise econômica argentina, principal parceira do Brasil no âmbito do Mercosul.

TABELA 11
Exportações da região Sul para o Mercosul

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Paraná	1.131,95	522,10	262,40	500,48	830,01	946,41	1.263,25	1.645,11	2.255,87
Santa Catarina	111,99	365,99	157,39	257,36	364,77	432,58	558,14	738,56	864,02
Rio Grande do Sul	3.048,92	837,17	405,14	827,29	1.202,39	1.457,98	1.653,13	2.254,13	2.633,18
Total na região	4.292,86	1.725,25	824,93	1.585,13	2.397,17	2.836,97	3.474,52	4.637,81	5.753,07

Fonte: Dados do MDIC, consultado em setembro/2009.

No início da década atual, o Rio Grande do Sul apresentava 71,02% das exportações totais da região Sul, enquanto o Estado de Santa Catarina apresentava 2,61%. Esses valores mudaram e, em 2008, Santa Catarina representa 15,02% das exportações brasileiras na região e o Rio Grande do Sul, 45,77%.

Na região Sudeste, o Estado de São Paulo é o maior exportador com 81,74% do total exportado, em 2000, seguido pelo Rio de Janeiro com 11,99%, e Espírito Santo com 5,28%. Em 2000 Minas Gerais exportava menos de 1% do total exportado para o bloco econômico, esse índice atingiu 13,58% em 2008.

TABELA 12
Exportações da região Sudeste para o Mercosul

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Minas Gerais	27,37	526,38	246,22	375,25	629,76	838,21	995,82	1.241,26	1.776,48
Espírito Santo	145,41	61,85	57,57	112,04	159,96	273,88	311,25	295,75	544,95
Rio de Janeiro	330,24	283,27	131,34	225,46	398,69	536,14	680,17	874,99	920,45
São Paulo	2.251,72	2.833,84	1.453,10	2.376,09	3.945,29	5.390,05	6.576,33	8.019,68	9.837,12
Total na região	2.754,74	3.705,34	1.888,22	3.088,84	5.133,70	7.038,28	8.563,56	10.431,67	13.079,00

Fonte: Dados do MDIC, consultado em setembro/2009.

O Espírito Santo, mesmo com a posição geográfica estratégica e privilegiada pelos portos, não se beneficia, talvez devido às dificuldades e burocracias dos portos para exportação de mercadorias, como mostrado no relatório *Doing Business 2007* (*Fazendo Negócios 2007* em 04/10/2006).

A região Centro-Oeste tem menor peso nas nossas exportações para o Mercosul. Inicialmente, observa-se que as exportações de Goiás para o bloco eram inexpressivas. Com os devidos incentivos governamentais no final dos anos 1990, ocorreu um impacto direto nas exportações desse estado, as quais incrementaram em 2001, representando nesta época 33% do total exportado pela região. O crescimento continuou, atingindo 35,92% do total exportado da região em 2007. Em 2008, devido à crise financeira internacional, houve uma retração no percentual de suas exportações, chegando apenas a 25,8% do valor total exportado pela região Centro-Oeste.

TABELA 13

Exportações da região Centro-Oeste para o Mercosul

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mato grosso	0,03	10,26	17,49	41,77	33,31	16,79	23,45	21,50	30,72
Goiás	.	25,22	19,62	17,94	21,13	51,55	41,39	64,06	91,21
Distrito Federal	0,15	0,26	0,09	0,24	0,21	0,57	0,34	0,44	0,93
Mato Grosso do Sul	71,43	39,97	41,85	58,58	62,59	92,20	132,35	92,34	230,71
Total na região	71,61	75,71	79,06	118,53	117,24	161,11	197,54	178,35	353,57

Fonte: Dados do MDIC, consultado em setembro/2009.

Os principais produtos exportados pela região são grãos (como a soja), minérios e carnes. Em 2000, o Estado do Mato Grosso do Sul apresentou 99,75%, e em 2008 decresceu para 65,25%. Esta perda foi compensada pelo incremento das exportações dos estados de Goiás e de Mato Grosso no mesmo ano.

As exportações da região Nordeste para o Mercosul, entre 2000 e 2008, evoluíram de US\$ 314,37 mil para US\$ 1.561,05 mil. Tal fato deve-se, sobretudo, a inovações tecnológicas e mão de obra com maior qualificação introduzida nas empresas exportadoras.

TABELA 14

Exportações da região Nordeste para o Mercosul

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Maranhão	66,06	57,15	57,26	55,61	61,57	42,29	41,12	90,59	82,67
Piauí	.	0,70	0,12	0,24	0,15	0,16	0,18	0,74	0,51
Ceará	56,1	54,42	24,12	59,60	82,67	108,11	120,59	143,30	146,69
Rio Grande do Norte	0,34	7,67	4,48	6,47	9,44	14,41	12,30	10,78	11,27
Paraíba	1,45	3,74	1,11	12,28	14,77	22,31	12,49	18,69	22,78
Pernambuco	1,63	40,65	24,77	42,27	50,90	76,10	84,15	114,04	139,21
Alagoas	0,30	1,73	1,46	1,79	5,10	11,85	13,94	15,00	17,40
Sergipe	2,41	7,31	1,07	5,96	7,64	6,47	7,59	4,74	4,55
Bahia	186,09	255,81	256,90	443,23	599,85	745,97	819,97	939,79	1.135,97
Total na região	314,37	429,18	371,30	627,45	832,09	1.027,68	1.112,35	1.337,68	1.561,05

Fonte: Dados do MDIC, consultado em setembro/2009.

A Bahia é o principal estado nordestino responsável pelas exportações da região Nordeste para o Mercosul, representando cerca de 60% do valor total exportado da região em 2000 e 72,77% em 2008, apresentando um crescimento linear ao longo desta década. Observa-se que esse crescimento das exportações está diretamente relacionado aos incentivos governamentais e à criação de novos polos industriais (que atraem diversas empresas para o estado). Nota-se ainda crescente expansão nas exportações de Pernambuco; no início da década seu percentual era baixo e no ano de 2008 chegou a representar 8,92% do total exportado pela região.

O Maranhão chama a atenção para os seus resultados. No início apresentava 21,01% do valor total exportado da região para o Mercosul, declinou subitamente para a marca dos 5,30% no ano de 2008, ficando em quarto lugar entre os estados que mais exportam na região Nordeste.

Em 2000, observa-se que os três principais estados nordestinos com maiores exportações com destino ao Mercosul eram: Bahia, Maranhão e Ceará, representando 98,05% do total exportado. Em 2008, Pernambuco ultrapassou o Maranhão. Os três estados representaram 91,09% do total exportado pela região nordestina. Esta redução no percentual exportado deve-se, em parte, à evolução das exportações alagoanas e paraibanas.

Observa-se que em 2000, o Estado do Amazonas representou 99,64% do valor exportado da região Norte, porém em 2008 reduziu para 71,65% o seu valor exportado para o Mercosul, perdendo espaço para o Pará. O estado paraense, que no início da década exportava menos de 1%, atingiu o patamar de 27,02% em 2008. Rondônia que no início desta década era insignificante quanto às suas exportações para o bloco integracionista, atualmente exporta US\$ 8,29 mil, como apresentado na tabela 15. Apesar de a região Norte ser formada por um total de sete estados, as exportações para o Mercosul concentram-se em apenas dois estados: Amazonas e Pará.

TABELA 15
Exportações da região Norte para o Mercosul

Estados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rondônia	.	7,34	2,64	5,12	9,28	11,32	8,56	8,65	8,29
Acre	.	0,80	0,29	0,19	0,38	0,38	0,37	0,21	0,37
Amazonas	170,11	272,43	46,06	125,87	237,05	360,29	298,14	365,16	467,88
Roraima	.	0,00	.	.	.	0,00	0,00	0,00	0,00
Pará	0,62	40,35	33,40	43,93	81,13	96,26	102,46	128,53	176,43
Amapá	.	0,32	0,04	0,05	0,00	0,02	0,05	0,00	0,00
Tocantins	.	0,14	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,16	0,00
Total na região	170,74	321,39	82,43	175,15	327,85	468,29	409,59	502,71	652,97

Fonte: Dados do MDIC, consultado em setembro/2009.

A tabela 16 mostra as exportações brasileiras destinadas ao Mercosul, no período de 2000 a 2008. As exportações para o bloco se reduziram em função da crise argentina de 2000/2002, retomando o crescimento nos anos subsequentes.

TABELA 16
Exportações brasileiras para o Mercosul, por região

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total na região Sul	4.292,86	1.725,25	824,93	1.585,13	2.397,17	2.836,97	3.474,52	4.637,81	5.753,07
Total na região Sudeste	2.754,74	3.705,34	1.888,22	3.088,84	5.133,70	7.038,28	8.563,56	10.431,67	13.079,00
Total na região Centro-Oeste	71,61	75,71	79,06	118,53	117,24	161,11	197,54	178,35	353,57
Total na região Norte	170,74	321,39	82,43	175,15	327,85	468,29	409,59	502,71	652,97
Total na região Nordeste	314,37	429,18	371,30	627,45	832,09	1.027,68	1.112,35	1.337,68	1.561,05
Total do Brasil	7.604,32	6.256,87	3.245,94	5.595,10	8.808,05	11.532,33	13.757,56	17.088,22	21.399,66

Fonte: Dados do MDIC, consultado em setembro/2009.

De acordo com a tabela 16, percebe-se que a região Centro-Oeste apresenta um crescimento linear em valores expressos em dólares norte-americanos. No início da década era de US\$ 71,61 mil, atingindo o montante de US\$ 353,57 mil em 2008. A região Nordeste destaca-se por ter, quase que praticamente, quintuplicado o seu valor exportado para o Mercosul no período analisado.

De acordo com o relatório *Doing Business 2007*, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 118,3 bilhões em 2005 – crescimento de 22,6% em relação aos US\$ 96,5 bilhões de 2004. Este crescimento permitiu ao Brasil responder por 1,14% das exportações mundiais. Assim, o Brasil avançou no *ranking* dos maiores exportadores globais, ficando em 23º lugar. As importações brasileiras aumentaram 17,7%, atingindo US\$ 77,6 bilhões. No *ranking* da Organização Mundial de Comércio (OMC) de importadores, o Brasil passou do 29º para o 27º lugar. Entre os 30 maiores exportadores do ano passado, o Brasil foi a economia que exibiu a sexta maior taxa de crescimento de suas exportações ante 2004, de acordo com o Relatório Estatístico publicado pela OMC em abril de 2006.

A tabela 17 apresenta em percentuais as exportações brasileiras para o Mercosul. Considerando 2000 como ano-base, nota-se que devido à crise financeira argentina no início do século XXI, o Brasil, como principal exportador do bloco, sentiu diretamente seus reflexos nas exportações destinadas ao Mercosul.

TABELA 17
Exportações brasileiras para o Mercosul
(Total por região, em %)

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total na região Sul	–	–59,81	–80,78	–63,08	–44,16	–33,91	–19,06	8,04	34,01
Total na região Sudeste	–	34,51	–31,46	12,13	86,36	155,50	210,87	278,68	374,78
Total na região Centro-Oeste	–	5,73	10,40	65,52	63,72	124,98	175,86	149,06	393,74
Total na região Norte	–	88,23	–51,72	2,58	92,02	174,27	139,89	194,43	282,44
Total na região Nordeste	–	36,52	18,11	99,59	164,68	226,90	253,83	325,51	396,56
Total do Brasil	–	–17,72	–57,31	–26,42	15,83	51,65	80,92	124,72	181,41

Fonte: Dados do MDIC, consultado em setembro/2009.

Apesar da crise, as regiões Centro-Oeste e Nordeste tiveram efeito inverso, pois as exportações diminuiram em valores reais e cresceram em percentuais. A região

Centro-Oeste de 5,73% em 2001 atingiu 393,74% em 2008, enquanto a região Nordeste de 36,52% em 2001 alcançou 396,56% em 2008. Pode-se inferir que este crescimento deve-se às inovações tecnológicas e à crescente qualificação da mão de obra, para atender às novas formas de produção.

Em 2001, a região mais atingida com essa acentuada redução das exportações foi a região Sul, com a retração de -59,81% do total exportado em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano subsequente, observa-se que a região mais penalizada continuou sendo a região Sul, seguida pela região Norte com redução de -80,78% e -51,72%, respectivamente, do total exportado, em relação ao ano 2000. Entretanto, nesse ano a média das exportações brasileiras com destino ao Mercosul reduziu-se em cerca de 50% quando comparada à de 2000.

O ano de 2003 foi o mais produtivo, uma vez que se superou o declínio das exportações brasileiras com destino ao bloco integracionista, seguido de uma pequena redução no volume exportado nos anos subsequentes (2004, 2005, 2006 e 2007), mas continua sendo positivo o saldo brasileiro do volume das exportações destinadas ao Mercosul – todas as regiões continuam expandindo suas exportações para o bloco, com exceção da região Sul, que somente voltou a recuperar-se em 2007.

A tabela 18 apresenta o desempenho das firmas nacionais e suas exportações, no período de 2000 até 2007, destinadas ao Mercosul. Em 2000, 9.159 firmas exportadoras brasileiras dedicavam suas vendas para o bloco intrarregional, movimentando uma receita de US\$ 7.733,07 mil. Em 2007 esta participação aumentou para 9.835 firmas exportadoras que movimentaram US\$ 17.345,38 mil.

TABELA 18
Total das exportações para o Mercosul, por ano
 (Em mil US\$)

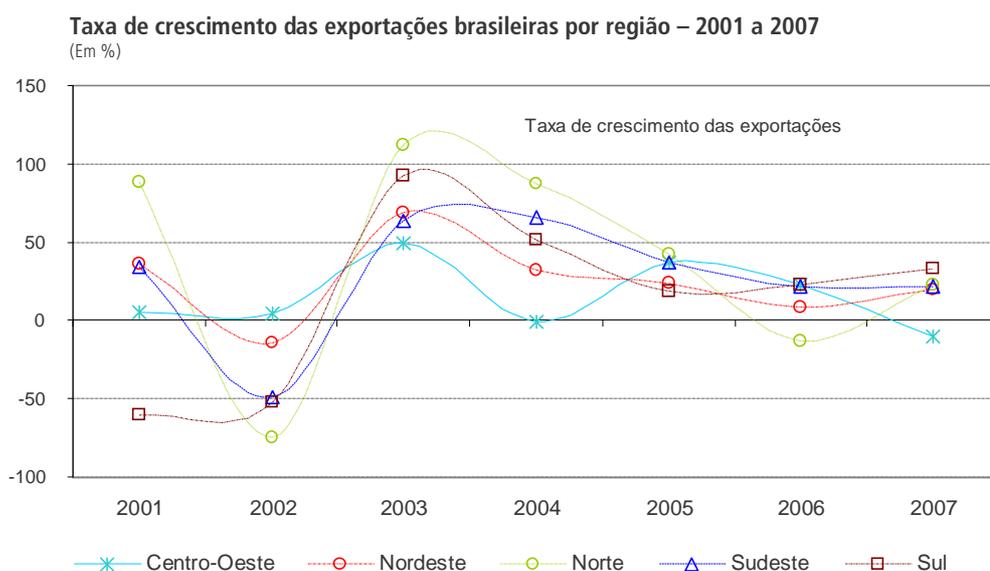
Ano	Número de firmas	Total da exportação
2000	9.159	7.733,07
2001	9.816	6.363,65
2002	7.761	3.310,82
2003	8.394	5.671,85
2004	9.146	8.912,10
2005	9.032	11.726,09
2006	9.527	13.972,09
2007	9.835	17.345,38

Fonte: Elaboração do autor, dados da Secex.

Nota-se o incremento das quantidades de firmas que exportaram nos anos de 2000 a 2007. Apesar de não ter aumentado de forma expressiva o total de firmas exportadoras brasileiras, as suas quantidades produzidas e exportadas, para o Mercosul, mais do que duplicaram neste mesmo período.

O gráfico a seguir demonstra a taxa de crescimento das exportações brasileiras por região entre 2001 e 2007, com destino aos países-membros do Mercosul. A região Norte em 2001 apresentava as mais elevadas taxas de crescimento – quase 100% – devido à crise argentina caiu bruscamente e atualmente representa menos de 50%. O oposto ocorreu com a região Sul, que em 2001 era a região que apresentava a

pior taxa de crescimento, mas em 2007 apresentava a melhor taxa de crescimento das exportações – quase 50%.



5 CONCLUSÃO

O Mercosul tem apresentado resultados consideráveis como bloco de integração, desde a sua instituição, seja atingindo seu objetivo quanto à criação de comércio seja acelerando o desenvolvimento socioeconômico dos países-membros, ganhando assim cada vez mais espaço no mercado internacional.

O aumento de comércio entre os países-membros de janeiro de 2000 a dezembro de 2007 foi de 124,72%. Em certos períodos este comércio foi maior ou menor, dependendo das economias domésticas dos países-membros.

Em 2008, o PIB do Mercosul superou US\$ 1,9 trilhão americano (base PPC). De acordo com o observado na tabela correspondente, isto demonstra as fortes assimetrias no âmbito do bloco, cujas soluções são constantemente viabilizadas.

Este incremento comercial proporcionou o surgimento de instituições, melhoria e especialização de mão de obra nas empresas exportadoras e nas demais áreas afetas ao bloco intrarregional como infraestrutura, aperfeiçoamento constante dos mecanismos que permitem o bom funcionamento da integração na região – tais como infraestrutura, comunicações, telecomunicações –, diversificação dos mercados e uso maior de inovações tecnológicas por parte das empresas.

À medida que o Mercosul se expande, ele demonstra cada vez mais a viabilidade das relações Sul-Sul (entre países em desenvolvimento). Portanto, cada vez mais se faz necessária sua interação com outros blocos como o Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), na Ásia, o Southern African Development Countries (SADC) e o Southern África Customs Union (SACU), na África. Em que pesem as negociações em curso com o SADC e o SACU, esforços devem ser envidados para maior aproximação com estes blocos.

O comércio Sul-Sul cada vez mais conquista espaço na esfera internacional, considerando as realidades dos países e a convicção destes em promoverem o bem-estar regional, apoiados em suas estruturas, melhorando-as de forma contínua, visando à criação de comércio.

REFERÊNCIAS

INTAL. *Informe Mercosul 13*, 1. ed. Buenos Aires: BID-Intal, 2008.

MOREIRA, S. V. *Aspectos microeconômicos do MERCOSUL: uma abordagem sobre o desempenho das empresas brasileiras*. Ipea: 2003 (Texto para Discussão, n. 982 - ISSN 1415-4765).

UNCTAD. *Doing Business 2007* (Fazendo Negócios 2007 em 04/10/2006).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CARRERA, J. *El dilema MERCOSUR (II)? Avanzar o retroceder?* 1. ed. Coleção Claves para Todos, dirigida por José Nun, n. 34. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2005.

HASENCLEVER, L.; LÓPEZ, A.; OLIVEIRA, J. C. *Impacto do Mercosul sobre a dinâmica do setor petroquímico*. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Base de Dados: 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007.

INTAL. *Informe Mercosul*, n. 01 – Ano 1. Buenos Aires: BID-Intal, 1996.

_____. *Informe Mercosul*, n. 03 – Ano 2. Buenos Aires: BID-Intal, 1997.

_____. *Informe Mercosul*, n. 06 – Ano 5. Buenos Aires: BID-Intal, 2000.

_____. *Informe Mercosul*, n. 07 – Ano 6. Buenos Aires: BID-Intal, 2001.

_____. *Informe Mercosul*, n. 08 – Ano 7. Buenos Aires: BID-Intal, 2001-2002a.

_____. *Integración regional e inversión extranjera directa: el caso del Mercosur*, 1. ed. Buenos Aires: BID-Intal, 2002b.

_____. *Tributación en el Mercosur: evolución, comparación e posibilidades de coordinación*. 1. ed. Buenos Aires: BID-Intal, 2003.

_____. *Informe Mercosul*, n. 09 – Ano 8. Buenos Aires: BID-Intal, 2004.

_____. *El desafío fiscal del Mercosur*. 1. ed. Buenos Aires: BID-Intal, 2005a.

_____. *Una aproximación al desarrollo institucional del Mercosur: sus fortalezas de debilidades*, 1. ed. Buenos Aires: BID-Intal, 2005b.

_____. *Una aproximación al desarrollo institucional del Mercosur: sus fortalezas de debilidades*, 1. ed. Buenos Aires: BID-Intal, 2005c.

_____. *Informe Mercosul*, n. 10. Buenos Aires: BID-Intal, 2006a.

_____. *Informe Mercosul*, n. 11. Buenos Aires: BID-Intal. Noviembre 2006b. Reescrito Comércio dos Países: (n. 11 – Intal).

MARKWALD, R. A agenda de política comercial. Editorial. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 87, abr.-jun. 2006.

MDIC. *Anuário Estatístico 2008*. Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Brasília: SDP, 2009.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. *Estudos e Documentos de Comércio Exterior - Série: Como Exportar – CEX: 133*.

———. *Estudos e Documentos de Comércio Exterior de 1990 a 2000*.

SECEX/MDIC. Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e do Comércio. Base de dados: 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007.

SGS/BCB. Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Banco Central do Brasil e IPEADATA, 2000 a 2008.

MINISTERIO DE ECONOMIA Y PRODUCCIÓN. *Síntesis de La Economía Real*, números 37, 43, 44, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 56 e 57. Centro de Estudios para la Producción, Secretaria de Industria, Comercio y de la Pequeña y Mediana Empresa. Buenos Aires, 2002, 2003, (Marzo 2004), (Octubre 2004), 2005, (Marzo 2006), (Julio 2006), (Diciembre 2006), (Mayi 2007) e (Diciembre 2007).

Sites consultados:

Banco Central da Argentina (<http://www.bcra.gov.ar/>)

Banco Central do Brasil ([http:// www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br))

Banco Central do Uruguai (www.bcu.gub.uy)

Banco Central do Paraguai (<http://www.bcp.gov.py>)

INDEC (www.indec.gov.ar)

Ministério de Relações Exteriores (Brasil) ([hppt://www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br))

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Brasil)(www.mdic.gov.br)

MDIC – ALICE WEB – (aliceweb.desenvolvimento.gov.br)

SEBRAE (<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>)

Revista Brasileira de Comércio Exterior (<http://www.funcex.com.br/rbce.asp>)

ANEXOS

TABELA A.1

Balanco comercial das exportações e importações brasileiras, por ano

Ano 2000				
Argentina	6.237.684.373	6.843.231.619	-605.547.246	13.080.915.992
Paraguai	832.473.164	351.351.141	481.122.023	1.183.824.305
Uruguai	669.441.644	601.625.765	67.815.879	1.271.067.409
Ano 2001				
Argentina	5.009.810.224	6.206.537.463	-1.196.727.239	11.216.347.687
Paraguai	721.252.545	300.206.801	421.045.744	1.021.459.346
Uruguai	643.392.259	502.929.778	140.462.481	1.146.322.037
Ano 2002				
Argentina	2.346.508.274	4.743.785.116	-2.397.276.842	7.090.293.390
Paraguai	559.625.414	383.087.752	176.537.662	942.713.166
Uruguai	412.541.589	484.847.356	-72.305.767	897.388.945
Ano 2003				
Argentina	4.569.767.654	4.672.610.523	-102.842.869	9.242.378.177
Paraguai	708.750.484	474.750.083	234.000.401	1.183.500.567
Uruguai	405.791.591	537.868.366	-132.076.775	943.659.957
Ano 2004				
Argentina	7.390.967.394	5.569.811.952	1.821.155.442	12.960.779.346
Paraguai	873.352.694	297.825.436	575.527.258	1.171.178.130
Uruguai	670.581.906	522.855.590	147.726.316	1.193.437.496
Ano 2005				
Argentina	9.930.152.936	6.241.110.029	3.689.042.907	16.171.262.965
Paraguai	962.720.724	318.935.985	643.784.739	1.281.656.709
Uruguai	853.137.754	493.653.258	359.484.496	1.346.791.012
Ano 2006				
Argentina	11.739.591.939	8.053.262.647	3.686.329.292	19.792.854.586
Paraguai	1.233.638.638	295.899.121	937.739.517	1.529.537.759
Uruguai	1.012.597.766	618.224.941	394.372.825	1.630.822.707
Ano 2007				
Argentina	14.416.945.588	10.404.403.423	4.012.542.165	24.821.349.011
Paraguai	1.648.191.224	434.068.222	1.214.123.002	2.082.259.446
Uruguai	1.288.439.665	786.386.052	502.053.613	2.074.825.717
Ano 2008				
Argentina	17.605.620.920	13.257.925.661	4.347.695.259	30.863.546.581
Paraguai	2.487.561.397	657.494.515	1.830.066.882	3.145.055.912
Uruguai	1.644.125.714	1.018.199.079	625.926.635	2.662.324.793

Fonte: Dados da Alice Web, elaboração do próprio autor.

TABELA A.2

Exportações brasileiras para o Mercosul – totais por fator agregado
(US\$ FOB)

Ano	Total FOB	Produtos básicos	Industrializados		Operações especiais
			Semimanufaturados	Manufaturados	
2000	7.739.599.181	453.047.718	192.867.366	7.071.710.374	21.973.723
2001	6.374.455.028	439.159.515	208.991.344	5.706.660.309	19.643.860
2002	3.318.675.277	278.534.799	154.753.572	2.869.868.339	15.518.567
2003	5.684.309.729	387.817.027	202.738.577	5.071.890.401	21.863.724
2004	8.934.901.994	438.587.650	329.283.288	8.137.828.364	29.202.692
2005	11.746.011.414	550.697.036	352.009.831	10.804.308.151	38.996.396
2006	13.985.828.343	652.919.342	456.799.677	12.831.696.136	44.413.188
2007	17.353.576.477	710.431.762	496.721.785	16.114.904.749	31.518.181
2008	21.737.308.031	1.074.418.583	641.531.988	20.001.894.151	19.463.309

Fonte: Dados Siscomex/Alice Web.

TABELA A.3

Exportações brasileiras para o Uruguai – totais por fator agregado
(US\$ FOB)

Ano	Total FOB	Produtos básicos	Industrializados		Operações especiais
			Semimanufaturados	Manufaturados	
2000	669.441.644	66.847.024	42.194.555	556.870.316	3.529.749
2001	643.392.259	57.911.239	66.381.376	516.439.365	2.660.279
2002	412.541.589	40.713.927	43.018.392	327.586.820	1.222.450
2003	405.791.591	41.859.555	36.956.007	324.275.679	2.700.350
2004	670.581.906	71.820.718	45.960.844	551.559.201	1.241.143
2005	853.137.754	59.474.609	50.902.341	740.977.154	1.783.650
2006	1.012.597.766	67.635.714	71.556.304	871.347.769	2.057.979
2007	1.288.439.665	82.447.118	69.024.881	1.135.963.628	1.004.038
2008	1.644.125.714	99.483.664	56.879.933	1.487.059.076	703.041

Fonte: Dados Siscomex/Alice Web.

TABELA A.4

Exportações brasileiras para o Paraguai – totais por fator agregado
(US\$ FOB)

Ano	Total FOB	Produtos básicos	Industrializados		Operações especiais
			Semimanufaturados	Manufaturados	
2000	832.473.164	33.783.326	4.693.552	792.946.827	1.049.459
2001	721.252.545	15.306.064	7.340.405	697.850.455	755.621
2002	559.625.414	16.716.457	4.276.186	537.962.986	669.785
2003	708.750.484	16.490.836	5.130.204	684.476.453	2.652.991
2004	873.352.694	25.763.024	8.682.515	838.002.613	904.542
2005	962.720.724	29.465.928	7.039.645	924.549.526	1.665.625
2006	1.233.638.638	45.398.401	6.273.366	1.180.777.472	1.189.399
2007	1.648.191.224	70.604.259	7.416.764	1.569.738.121	432.080
2008	2.487.561.397	116.062.236	13.949.243	2.355.847.351	1.702.567

Fonte: Dados Siscomex/Alice Web.

TABELA A.5

Exportações brasileiras para a Argentina – totais por fator agregado
(US\$ FOB)

Ano	Total FOB	Produtos básicos	Industrializados		Operações especiais
			Semimanufaturados	Manufaturados	
2000	6.237.684.373	352.417.368	145.979.259	5.721.893.231	17.394.515
2001	5.009.810.224	365.942.212	135.269.563	4.492.370.489	16.227.960
2002	2.346.508.274	221.104.415	107.458.994	2.004.318.533	13.626.332
2003	4.569.767.654	329.466.636	160.652.366	4.063.138.269	16.510.383
2004	7.390.967.394	341.003.908	274.639.929	6.748.266.550	27.057.007
2005	9.930.152.936	461.756.499	294.067.845	9.138.781.471	35.547.121
2006	11.739.591.939	539.885.227	378.970.007	10.779.570.895	41.165.810
2007	14.416.945.588	557.380.385	420.280.140	13.409.203.000	30.082.063
2008	17.605.620.920	858.872.683	570.702.812	16.158.987.724	17.057.701

Fonte: Dados Siscomex/Alice Web.

TABELA A.6

Intercâmbio comercial brasileiro com o Mercosul

(US\$ 1.000 FOB)

Anos	Mercosul			Argentina			Paraguai			Uruguai		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
2000	7.739.599	7.796.209	-56.610	6.237.684	6.843.232	-605.548	832.473	351.351	481.122	669.442	601.626	67.816
2001	6.374.455	7.009.674	-635.219	5.009.810	6.206.537	-1.196.727	721.253	300.207	421.046	643.392	502.930	140.462
2002	3.318.675	5.611.720	-2.293.045	2.346.508	4.743.785	-2.397.277	559.625	383.088	176.537	412.542	484.847	-72.305
2003	5.684.310	5.685.229	-919	4.569.768	4.672.611	-102.843	708.750	474.750	234.000	405.792	537.868	-132.076
2004	8.934.902	6.390.493	2.544.409	7.390.967	5.569.812	1.821.155	873.353	297.825	575.528	670.582	522.856	147.726
2005	11.746.012	7.053.699	4.692.313	9.930.153	6.241.110	3.689.043	962.721	318.936	643.785	853.138	493.653	359.485
2006	13.985.829	8.967.387	5.018.442	11.739.592	8.053.263	3.686.329	1.233.639	295.899	937.740	1.012.598	618.225	394.373
2007	17.353.577	11.624.752	5.728.825	14.416.946	10.404.246	4.012.700	1.648.191	434.120	1.214.071	1.288.440	786.386	502.054
2008	21.737.308	14.933.665	6.803.643	17.605.621	13.257.970	4.347.651	2.487.561	657.496	1.830.065	1.644.126	1.018.199	625.927

Fonte: Base Alice Web, Anuário Estatístico da Secretaria do Desenvolvimento da Produção de 2009.

Importação => Base Alice – Jan./2009, País de origem. Dados preliminares.

Exportação => Base Alice – Jan./2009, País destino final.

TABELA A.7

Resumo do intercâmbio comercial brasileiro com o Mercosul

(US\$ 1.000 FOB)

Anos	Totais gerais		
	Exportação	Importação	Saldo
2000	55.118.920	55.850.663	-731.743
2001	58.286.593	55.601.758	2.684.835
2002	60.438.653	47.242.654	13.195.999
2003	73.203.222	48.325.567	24.877.655
2004	96.677.499	62.835.616	33.841.883
2005	118.529.185	73.600.376	44.928.809
2006	137.807.470	91.350.841	46.456.629
2007	160.649.073	120.617.446	40.031.627
2008	197.942.443	173.167.222	24.775.221

Fonte: Base Alice Web, Anuário Estatístico da Secretaria do Desenvolvimento da Produção de 2009.

Importação => Base Alice – Jan./2009, País de origem. Dados preliminares.

Exportação => Base Alice – Jan./2009, País destino final.

TABELA A.8

Exportação brasileira com o Uruguai – totais por fator agregado

(Em %)

Ano	Produtos básicos	Industrializados	
		Semimanufaturados	Manufaturados
2000	10,0	6,3	83,2
2001	9,0	10,3	80,3
2002	9,9	10,4	79,4
2003	10,3	9,1	79,9
2004	10,7	6,9	82,3
2005	7,0	6,0	86,9
2006	6,7	7,1	86,1
2007	6,4	5,4	88,2
2008	6,1	3,5	90,4

Fonte: Dados Siscomex/Alice Web.

TABELA A.9

Evolução do PIB dos países do Mercosul

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Argentina	284,20	268,70	97,73	127,57	151,96	181,55	212,71	260,40	326,47
Brasil	644,28	554,41	505,71	552,24	663,55	881,75	1.089,30	1.333,50	1.572,84
Paraguai	7,09	6,38	5,09	5,57	6,93	7,49	9,28	12,22	16,01
Uruguai	22,82	20,90	13,40	12,74	13,74	17,48	20,00	24,43	32,26

Fonte: Dados do site: <http://www.inf.org/external/datamapper/index.php>, consultado em junho de 2009.

TABELA A.10

Brasil: fluxo de comércio extrazona dos países do Mercosul segundo blocos econômicos, em período selecionado

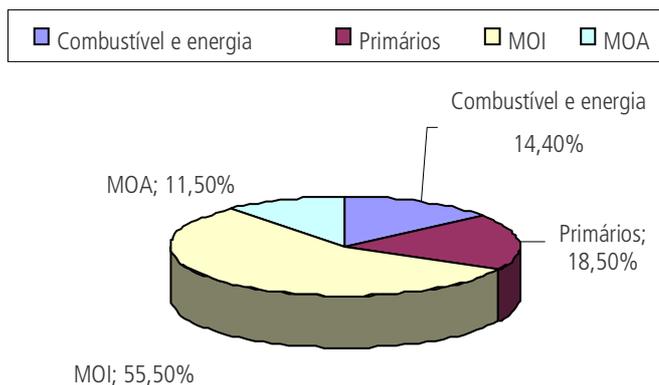
(Em US\$ milhões)

	2002	2006	2007	Var.% 2007/2006	1º Semestre 2007 ¹	1º Semestre 2008 ¹	Var.%
Exportações							
Extrazona/total (%)	94,5	89,9	89,2		89,6	88,5	
Extrazona	57.128	123.822	143.296	15,7	65.617	80.186	22,2
NAFTA	18.687	31.512	31.936	1,3	15.074	15.852	5,2
União Europeia	15.609	31.045	40.428	30,2	18.178	22.146	21,8
Aladi ²	4.226	13.051	14.812	13,5	6.734	7.590	12,7
Ásia	8.798	20.816	25.086	20,5	11.460	16.306	42,3
Demais países	9.807	27.397	31.033	13,3	14.172	18.293	29,1
Importações							
Extrazona/ total (%)	88,1	90,2	90,4		90,1	91,1	
Extrazona	41.628	82.375	108.991	32,3	47.434	72.273	52,4
NAFTA	11.760	17.355	22.575	30,1	10.250	14.035	36,9
União Europeia	13.495	20.201	26.736	32,3	11.885	16.632	39,9
Aladi ²	2.033	6.020	6.972	15,8	3.195	4.566	42,9
Ásia	7.996	22.887	30.715	34,2	13.041	21.481	64,7
Demais países	6.344	15.912	21.993	38,2	9.063	15.560	71,7
Saldo comercial	0	55.120	0	(13,3)	0	0	(44,3)
Extrazona	15.500	41.447	34.304	(17,2)	18.184	7.192	(56,5)
NAFTA	6.927	14.157	9.361	(33,9)	4.823	1.817	(62,3)
União Europeia	2.114	10.844	13.692	(26,3)	6.293	5.513	(12,4)
Aladi ²	2.194	7.031	7.840	(11,5)	3.540	3.024	(14,6)
Ásia	802	(2.071)	(5.629)	(171,9)	(1.581)	(5.175)	227,4
Demais países	3.463	11.485	9.040	(21,3)	5.109	2.733	(46,5)

Fonte: Intal - *Informe Mercosul* nº 13 - nov/2008, p. 46.Notas: ¹ Primeiro semestre.² Exceto o Mercosul e o México.

GRÁFICO A. 1

Exportações argentinas para o Brasil em percentual – período 2002-2005



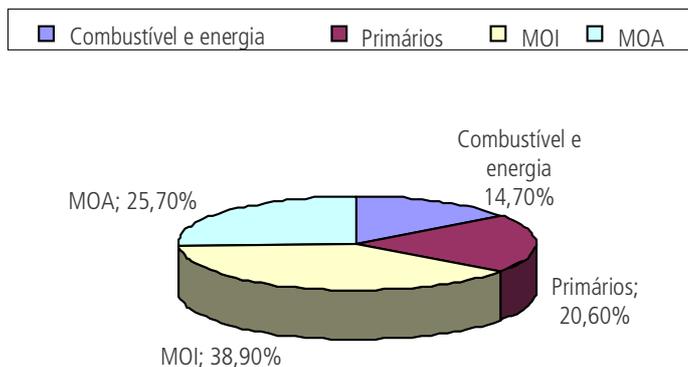
Fonte: Intal – *Documento de Divulgação* nº 40, p. 15.

Nota: MOA = produtos de origem agrícola;

MOI = produtos de origem industrial.

GRÁFICO A. 2

Exportações argentinas em percentuais para resto do mundo – período 2002-2005



Fonte: Intal – *Documento de Divulgação* nº 40, p. 15.

Nota: MOA = produtos de origem agrícola;

MOI = produtos de origem industrial.

O Parlamento tem 22 competências sendo:

1. Velar, no âmbito de sua competência, pela observação das normas do Mercosul.
2. Velar pela preservação do regime democrático nos Estados Partes, de acordo com as normas do Mercosul, e em particular com o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, na República da Bolívia e República do Chile.
3. Elaborar e publicar anualmente um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos Estados Partes, levando em conta os princípios e as normas do Mercosul.
4. Efetuar pedidos de informações ou opiniões por escrito aos órgãos decisórios e consultivos do Mercosul estabelecidos no Protocolo de Ouro Preto sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração. Os pedidos de relatórios deverão ser respondidos no prazo máximo de 180 dias.
5. Convidar, por intermédio da Presidência *Pro Tempore* do CMC, os representantes dos órgãos do Mercosul, para informar ou avaliar o desenvolvimento do processo de integração, de trocar opiniões e tratar dos aspectos relacionados com as atividades em curso ou assuntos em consideração.
6. Receber, ao finalizar cada semestre, da Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, um relatório sobre as atividades realizadas durante tal semestre.
7. Receber, ao início de cada semestre, da Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, o programa de trabalho combinado, com os objetivos e prioridades previstas para o semestre.
8. Realizar reuniões semestrais com o Fórum Consultivo Econômico-Social a fim de trocar informações e opiniões sobre o desenvolvimento do Mercosul.
9. Organizar reuniões públicas, sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, com entidades da sociedade civil e os setores produtivos.
10. Receber, examinar e, se for o caso, canalizar até os órgãos decisórios, petições de qualquer particular dos Estados Partes, sejam pessoas físicas ou jurídicas relacionadas com atos ou omissões dos órgãos do Mercosul.
11. Emitir declarações, recomendações e relatórios sobre questões vinculadas ao desenvolvimento do processo de integração, por iniciativa própria ou a pedido de outros órgãos do Mercosul.
12. Com o objetivo de acelerar os procedimentos internos correspondentes de entrada em vigor das normas nos países-membros, o Parlamento elaborará ditames sobre todos os projetos de normas do Mercosul que requeiram aprovação legislativa em um dos Estados Partes, no prazo de 90(noventa) dias após efetuada a consulta. Tais projetos deverão ser enviados ao Parlamento pelo órgão decisório do Mercosul, antes de sua aprovação.
13. Propor projetos de normas do Mercosul para sua consideração pelo CMC, o qual deverá informar semestralmente sobre seu tratamento.
14. Elaborar estudos e anteprojetos de normas nacionais, orientados à harmonização de legislações nacionais dos Estados Partes, os quais serão comunicados aos parlamentares nacionais para fins de sua eventual consideração.
15. Desenvolver ações e trabalhos conjuntos com os Parlamentos nacionais, com o fim de assegurar o cumprimento dos objetivos do Mercosul, em particular aqueles relacionados com a atividade legislativa.
16. Manter relações institucionais com os Parlamentos de terceiros Estados e outras instituições legislativas.
17. Celebrar, no âmbito de suas atribuições, com o assessoramento do órgão competente do Mercosul, convênios de cooperação ou de assistência técnica com organismos públicos e privados, de caráter nacional ou internacional.
18. Fomentar o desenvolvimento de instrumentos de democracia representativa e participativa no Mercosul.
19. Receber, dentro do primeiro semestre de cada ano, o relatório de execução do orçamento da SM do ano anterior.
20. Elaborar e aprovar seu orçamento e informar sobre sua execução ao CMC dentro do primeiro semestre do ano posterior ao exercício.
21. Aprovar e modificar seu regulamento interno.
22. Realizar todas as ações que correspondam ao exercício de suas competências.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Fabiana da Silva Matos

Míriam Nunes da Fonseca

Roberta da Costa de Sousa

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Camila Guimarães Simas

Carlos Henrique Santos Vianna

Aline Cristine Torres da Silva Martins (estagiária)

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares